



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes MTb 0097820/SP

CONECTA/ARCADIS

Prefeito Ricardo Silva enquadrou representante da Conecta acerca do cumprimento integral do cronograma de serviços e deu forças a CEE convidar Antônio Daas Abboud para esclarecimentos. Vídeos das reuniões entre a Arcadis, Conecta, Prefeitura e ata da reunião da prefeitura são alvos da CEE, que pode resultar em CPI.

CONECTA ON

A Conecta informou à coluna que tem colaborado com a CEE desde fevereiro, garantindo a transparência dos serviços de Iluminação Pública. A empresa deve prestar contas quinzenalmente à Arcadis, órgão verificador independente da PPP. A modernização das luminárias de LED começou antes do previsto e as manutenções estão em dia, com apenas “112 solicitações” em atraso que devem ser resolvidas rapidamente.

CPI/SAERP

O Executivo tratou de barrar a CPI do SAERP. Primeiro, o líder de governo vereador Lincoln Fernandes orientou a base governista a não aderir à instalação de CPI proposta pela petista Duda Hidalgo. Contudo, a própria base se vê em situação complicada, principalmente vereadores que concorrerão a uma vaga na Alesp no ano que vem. Duda fala em utilizar o diferencial dela com demais vereadores que barraram a CPI.

ARENÃO

A federação entre União Brasil e Progressistas ganhou um nome peculiar, Marcelino Romano Machado, quadro histórico da Arena e do PP, afirmou, com a certeza de quem participou da história da legenda: “A velha Arena volta ao comando do País, com mais partidos. É o Arenão”. Foi a melhor definição do movimento, no entender do colunista. Para Marcelino, haverá um tempo de maturação para que seja definido o comando da sigla, tanto nacionalmente quanto em Ribeirão. “Tem gente, a nível nacional, pensando em criar uma nova ARENA, inclusive com rebarbas do MDB. A dúvida é para qual lado vai caminhar”, disse.

MAIS SORTE QUE JUÍZO

Comentário de um analista político atento: o prefeito Ricardo Silva (PSD) deu sorte, novamente. Enfraquecido na queda de braço com o ex-Duarte Nogueira, que praticamente havia selado seu ingresso no PDS, o prefeito tinha como caminho natural o PP. Com a federação, o acerto deixa de envolver um partido de médio porte, o PP, e passa a valer para a federação com a maior bancada na Câmara Federal. Mirou nas estrelas, acertou a lua.

1ª TRETA EXECUTIVO

A Secretária da Cultura Maria Eugênia Biffi se desentendeu com o Comandante da Guarda Edson Ferreira por causa de um galpão que o agente queria utilizar para viaturas. Magê bateu o pé e levou a melhor. A secretária exonerou sua adjunta, que trabalhou no governo anterior. A ação serviu de exemplo e orientação, que está nas entrelinhas para todos os chefes de pastas...

SINDICÂNCIA WARAO

Processo de Sindicância para apurar eventuais indícios de materialidade e autoria nas mortes de indígenas denunciadas por OSC na gestão da ex-secretária da SEMAS Gláucia Berenice está em curso e deverá ter conclusão em 30 dias. Posto isto, o processo pode ser arquivado ou se transformar em Processo de Sindicância Apuratória. OAB pode ser acionada como observadora no caso.

SEM CLIMA

Gláucia Berenice deve deixar o Republicanos e migrar para o mesmo destino de Duarte Nogueira. Segundo assessores de Brando Veiga, presidente local, não há mais clima para continuidade da ex-vereadora na sigla. Brando tenta desvincular-se da imagem dela. Resta saber apenas para onde Nogueira irá...

VICE DA REPÚBLICA

Ex-vereador Elizeu Rocha tentou na última semana, com o apoio do presidente da executiva municipal do Republicanos de Ribeirão Preto, vereador Brando Veiga, assumir a vice-presidência da executiva, mas ficou na tentativa. Segundo staff de Brando, Elizeu Rocha deverá em breve assumir posto de destaque na executiva municipal do partido da Igreja Universal.

ADMINISTRAÇÃO

MÃO DE OBRA



Funcionários trabalham em poço da Saerp: vigilantes que protegem essas áreas estão com problemas trabalhistas

Calote em funcionários rende ‘advertência’ da Saerp a terceirizada

Empresa que presta serviços de segurança à secretaria já foi condenada na Justiça por não pagar o 13º e o vale-alimentação dos funcionários

WALTER DUARTE

A Saerp (Secretaria de Água e Esgoto de Ribeirão Preto) decidiu aplicar apenas uma advertência a empresa Umbrella Segurança Privada, que fornece vigilantes para a pasta, após a terceirizada atrasar o pagamento do 13º e do vale-alimentação dos funcionários. A publicação em que define a “punição” diz que a situação ainda não foi regularizada.

A empresa, que também presta serviços para a Secretaria de Saúde, recebe mais de R\$ 4,2 milhões ano pelo fornecimento de mão de obra. Atualmente, cerca de 70 trabalhadores executam as funções. O contrato exige que a prestadora comprove a regularidade das obrigações trabalhistas.

Segundo a assessoria de imprensa da Saerp, esta foi a quarta advertência aplicada a Umbrella, que estaria com os pagamentos, pelo município, em dia. Pela Lei de Licitações, o contrato que deixa de cumprir obrigações trabalhistas pode ser advertido, multado ou até mesmo ter o acordo rescindido, com aplicação de pena de

proibição de contratar com o município. A pasta não informou porque optou pela punição mais leve.

“A Saerp informa que a empresa terceirizada já foi advertida quatro vezes, e que, todas as medidas legais estão sendo tomadas para que os direitos trabalhistas dos funcionários sejam cumpridos no rigor da lei. Informa também que os repasses com a empresa terceirizada estão em dia, diz a nota encaminhada à reportagem.

JUSTIÇA CONDENA

Município e Umbrella já foram condenadas pela Justiça do Trabalho a indenizar um trabalhador que pediu rescisão indireta do contrato por falta de cumprimento das obrigações trabalhistas pela terceirizada.

O vigilante Jonathan Igor Terciotti recorreu ao judiciário após seguidos atrasos. “Ele não recebia corretamente o vale-alimentação, o vale-refeição e uma série de outras verbas previstas em convenção coletiva e contrato de trabalho. Comprovamos isso em juízo e a Justiça do Trabalho concluiu que as irregularidades eram suficientes para res-

cindir o contrato de forma indireta”, explica o advogado Flávio Zeoti, que representa o trabalhador.

Além da terceirizada, o município foi condenado de forma subsidiária por descumprir o dever de fiscalização, previsto na Lei de Licitações. Isso significa que o trabalhador pode cobrar da prefeitura as verbas trabalhistas, se elas não forem pagas pela contratada.

“Os inadimplementos comprovados revelam uma conduta omissiva do referido réu na fiscalização e na exigência do correto cumprimento do contrato de prestação de serviços firmado, quando a própria Lei de Licitações estabelece as prerrogativas estendidas ao contratante para a correta fiscalização e defesa do seu interesse. Por consequência, tal omissão fundamenta o reconhecimento de subsidiária”, diz um trecho da sentença, assinada pela juíza Cláudia Bueno Rocha Chuiuzuli, da 3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto.